

Proc. Administrativo 30- 236/2025

De: Simone M. - CI

Para: SECOM - Seção de Compras

Data: 09/10/2025 às 21:27:21

Setores envolvidos:

SECOM, PGL, DDE, CI, DF, PRE

Solicitação de contratação de Serviços Técnicos Profissionais Especializados de Assessoria e Consultoria Jurídica em Licitações, Contratos e Tribunal de Contas

segue em anexo Nota Técnica do processo 1254/2025

—

Simone Roveda de Lima de Melo
CONTROLADOR INTERNO

Anexos:

PARECER_PROCESSO_1254_2025.pdf



NOTA TÉCNICA
Fase Interna processo de Dispensa de Licitação
Inexigibilidade de Licitação

Processo Administrativo: 1254/2025
Processo Dispensa de Licitação: 018/2025

Na análise dos atos essenciais do processo 1254/2025, modalidade que está fundamentada nos termos do art. 74, inciso III, alínea “c” da Lei nº 14.133/2021 *“É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de : III – contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação: “c” assessoria ou consultoria técnica e auditorias Financeiras ou tributárias”*, observamos as comprovações das seguintes etapas da fase interna do procedimento, onde consta nos autos:

- Protocolo do processo;
- Solicitação do Setor competente;
- Justificativa e razão para a contratação;
- 05 (cinco) orçamentos válidos;
- Estudo Técnico Preliminar;
- Termo de Referência, formalizando a demanda, cumprindo o art. 72, inciso I da Lei 14.133/21;
- Tabela de estimativa de despesa, informando o preço unitário e o total do valor estimado da contratação, conforme exigido no art. 72, inciso II da Lei 14.133/21;
- Declaração de existência e reserva de saldo orçamentário, com a dotação orçamentária por onde correrão as despesas com a contratação do serviço, cumprindo o art. 72, inciso IV da Lei 14.133/21;



- Toda documentação de habilitação e qualificação das empresas orçadas, demonstrando que a escolha preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária, conforme dispõe o art. 72 inciso V da Lei Federal nº 14.133/2021;
- Parecer jurídico sobre o processo;
- Autorização do gestor para realização do processo de dispensa;
- Ato declaratório de Dispensa de Licitação;

Após verificação realizada no processo de Contratação de dispensa de Licitação, inexigibilidade nº 1254/2025 que tem como objeto a contratação de serviços técnicos especializados de consultoria e assessoria jurídica na área de Licitações e Contratos, e demandas do Tribunal de Contas, considerando os documentos que constam nos autos até a presente data, justificativa da aquisição através de processo de Dispensa, a dotação orçamentária informada e o parecer jurídico, atesto que os critérios legais foram cumpridos.

Jataí, 09 de outubro de 2025

Simone Roveda de Lima de Melo
Controladora Interna